

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**  
**CNPJ Nº 06.477.822/0001-44**

PROCESSO Nº 104/2021

Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Assunto: ANÁLISE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Dispensa nº 31

**PARECER JURÍDICO**

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de análise de processo objetivando a Contratação de empresa para o fornecimento de kit escolar para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú/MA.

Aos autos foram juntados:

a) Memorando da Secretaria Municipal de Administração, autorizando a abertura do procedimento;

b) Propostas de Preço das empresas JOSE JOSINO SOARES DE ARAUJO - ME, inscrita no CNPJ sob nº 12.001.044/0001-15, BM. DE CARVALHO, inscrito no CNPJ nº 19.334.593/0001-50 e MARIA IRENE SOARES DE ARAÚJO MONTE, inscrito no CPF: 258.871.843-00 sendo que o a empresa JOSE JOSINO SOARES DE ARAUJO - ME, apresentou o menor valor na ordem de R\$ 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais).

c) Documentação da empresa a ser contratado;

d) Informação da Dotação Orçamentária por onde correrá a despesa;

É o relatório. Passo a opinar.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

A Lei das Licitações e dos Contratos Administrativos define 02 (duas) hipóteses em que poderá haver a Contratação Direta sem a incidência da Licitação: Licitação dispensada tratada no art. 75, e seus incisos; e inexigibilidade de licitação, enunciada no art. 74, e seus incisos, de acordo com a lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ  
CNPJ Nº 06.477.822/0001-44

Na Contratação Direta deverão estar presentes dois postulados da Licitação, a saber: a existência de um procedimento administrativo, com abertura de processo próprio, observados os requisitos obrigatórios à toda contratação direta, definidos no caput do art. 72 da lei nº 14.133/21 e a prevalência dos princípios da supremacia e indisponibilidade do interesse público.

Além disso, o Administrador Público está também obrigado a seguir um procedimento prévio, visando assegurar naquela contratação, não somente a prevalência dos princípios jurídicos fundamentais que conduzem o procedimento licitatório como a obtenção do preço mais vantajoso, dispensando tratamento igualitário a todos os possíveis concorrentes.

A Lei nº 14.133/21, em seu art. 75, II, preceitua:

“**Art. 75.** É dispensável a licitação:

II – para contratações que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras).

O valor estimado para a prestação dos serviços está na ordem de R\$ 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais) está dentro do limite previsto na Lei para a contratação através de dispensa de licitação.

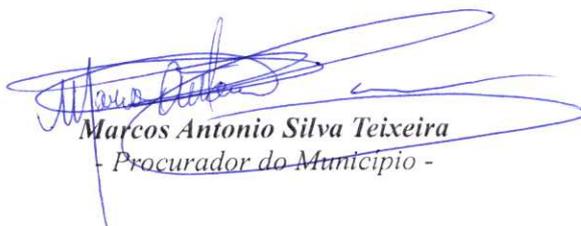
Após análise do processo, entendemos que o mesmo encontra-se em conformidade com os mandamentos da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Ante ao exposto, **de maneira opinativa**, somos favoráveis pela realização da Dispensa de Licitação devendo ser devidamente submetido a apreciação e autorização do gestor público municipal, tudo albergado no art. . 75, II da Lei nº 14.133/21.

É o parecer. S.M.J.

Retorne-se os autos à CPL.

Barão de Grajaú-MA, 08/04/2021.



**Marcos Antonio Silva Teixeira**  
Procurador do Município -